



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ÉMERSON MOREIRA DE FARIAS

**CONTROLE POLÍTICO FAMILIAR NOS DIRETÓRIOS DOS
PARTIDOS POLÍTICOS NA PARAÍBA.**

**SUMÉ - PB
2017**

ÉMERSON MOREIRA DE FARIAS

**CONTROLE POLÍTICO FAMILIAR NOS DIRETÓRIOS DOS
PARTIDOS POLÍTICOS NA PARAÍBA.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado em
Ciências Sociais.**

Orientador: Professor Dr. José Marciano Monteiro.

**SUMÉ - PB
2017**

F244c Farias, Émerson Moreira de.
Controle político familiar nos diretórios dos partidos políticos na
Paraíba. / Émerson Moreira de Farias. Sumé - PB: [s.n], 2017.

49 f.

Orientador: Professor Dr. José Marciano Monteiro.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro
de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Partidos políticos - Paraíba. 2. Política e famílias - Paraíba.
3. Famílias políticas. 4. Parentesco e política – Paraíba. 5. Famílias
tradicionais e política. I. Título.

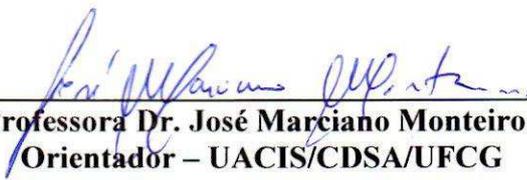
CDU: 32(813.3)(043.3)

ÉMERSON MOREIRA DE FARIAS

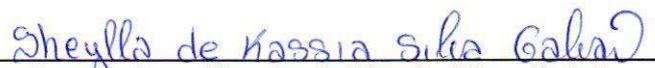
**CONTROLE POLÍTICO FAMILIAR NOS DIRETÓRIOS DOS
PARTIDOS POLÍTICOS NA PARAÍBA.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

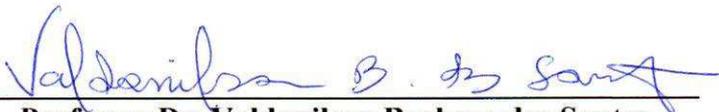
BANCA EXAMINADORA:



Professora Dr. José Marciano Monteiro.
Orientador – UACIS/CDSA/UFCG



Professora Dra. Sheylla de Kássia Silva Galvão.
Examinador I – UACIS/CDSA/UFCG



Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Examinador II – UACIS/CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 21 de setembro de 2017.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, amigo presente que sempre me deu força, saúde e coragem para enfrentar as dificuldades, sem o qual nada teria feito.

Aos meus pais, pelo amor incondicional e por sempre incentivarem nos meus sonhos e estarem sempre ao meu lado.

A minha tia Givanízia, por ter me apoiado e incentivado a concluir o curso, como também, hospedado em sua casa em Sumé-PB durante maior parte do curso.

A Universidade Federal de Campina Grande campus de Sumé-PB, pelo ambiente amigável proporcionado e a oportunidade de frequentar um curso superior.

Aos meus colegas da classe e demais formandos pela amizade e companheirismo que recebi durante todo processo de formação.

A todo o corpo docente, por se dedicarem não só em proporcionar o conhecimento racional, como também contribuir na formação do caráter pessoal, e por fazerem parte dessa história, de todo o caminho acadêmico percorrido até aqui.

Ao Professor Dr. José Marciano Monteiro, que me acompanhou e orientou durante a construção desse trabalho, transmitindo-me apoio, confiança e tranquilidade.

A todos que participaram e fizeram parte da minha formação, de forma direta ou indiretamente, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho traz uma abordagem sociológica acerca do controle político-familiar nos diretórios dos partidos políticos no Estado da Paraíba. Para tal feito, optou-se por escolher apenas os cinco partidos que controla o maior número de prefeituras nacionalmente e, por conseguinte, os cinco partidos que controlam a maior número de prefeituras do Estado. A pesquisa buscou relacionar partidos e controle político-familiar. A relação de parentesco como uma das chaves para se compreender o controle dos partidos no Estado. Nesse sentido, a pesquisa está organizada, tendo como escopo uma discussão geral sobre o objeto e, posteriormente, a análise dos diretórios em termos de composição. Trata-se de uma pesquisa descritiva com a utilização de abordagem quantitativa e o recurso de obtenção de dados de pesquisa documental, através de dados secundários, e que visa primordialmente identificar os agentes que atuam no controle dos principais partidos no Estado, através da composição nos diretórios, observando *nomes e sobrenomes* dos agentes que atuam na direção.

PALAVRAS-CHAVES: Partidos Políticos. Parentesco. Fragilidade Democrática. Cariri Paraibano. Famílias Políticas.

ABSTRACT

This work presents a sociological approach to political-family control in the directories of political parties in Paraíba State. In order to do this, it was chosen only five parties that control the largest number of city halls nationally, and therefore five parties that control the largest number of city halls in the State. The research sought to relate parties and political-family control. The kinship relation as one of the keys to understand the parties' control in the State. In this sense, the research is organized having as scope a general discussion about the subject matter and, after that, the analysis of the directories in terms of composition. It is a descriptive research using a quantitative approach and the resource of obtaining documentary research data through secondary data that aims primarily to identify the agents that act in control of the main parties in the State, through the composition in the directories, observing the agents' *first names* and *last names* that act in the direction.

KEY WORDS: Political Parties, Kinship, Democratic Fragility. Cariri region of Paraíba; Political Families.

LISTA DE SIGLAS

PP	Partido Progressista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	Partido Socialista Brasileiro
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TRE-PB	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
DEM	Democratas
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PR	Partido da República
PDT	Partido Democrático Trabalhista
TCU	Tribunal de Contas da União
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
PR	Partido da República
PPS	Partido Popular Socialista
PV	Partido Verde
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PC do B	Partido Comunista do Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação partidária comparada.....	19
Tabela 2 - “Qual Sr/a partido gosta?”	21
Tabela 3 - Famílias políticas do PMDB da Paraíba.....	30
Tabela 4 - Famílias políticas do PP da Paraíba.....	33
Tabela 5 - Famílias Políticas do PSD da Paraíba.....	34
Tabela 6 - Famílias políticas do PSDB da Paraíba.....	36
Tabela 7 - Famílias políticas do PSB da Paraíba.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Maiores Partidos Nacional por número de prefeituras.....22

Gráfico 2 - Número de prefeituras paraibanas por partido.....24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS.....	13
2.1 Maiores partidos brasileiros.....	22
2.2 Desempenho dos maiores partidos nacionais nas prefeituras da Paraíba.....	23
2.3 Partidos políticos e o controle político-familiar na Paraíba.....	25
3 DIRETÓRIOS ESTADUAIS.....	27
3.1 Diretório Estadual do PMDB – Paraíba.....	28
3.2 Diretório Estadual do PP – Paraíba.....	32
3.3 Diretório Estadual do PSD – Paraíba.....	33
3.4 Diretório Estadual do PSDB – Paraíba.....	35
3.5 Diretório Estadual do PSB – Paraíba.....	39
4 ANÁLISE SOBRE OS DIRETÓRIOS PARTIDÁRIOS DA PARAÍBA.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A variável analítica família é um fenômeno a qual não há muitos estudos a respeito, principalmente no que concerne à concentração de poder político. Este estudo, para tanto, buscará apresentar e analisar a composição dos diretórios dos cinco maiores e mais representativos partidos no Estado. É com base na hipótese de que os partidos são controlados por poucas e poderosas famílias que buscaremos construir esta pesquisa, ainda que de forma exploratória.

Vale enfatizar, antes de tudo, que o sistema político brasileiro está organizado oficialmente por um regime político democrático. Os agentes políticos são eleitos pela “vontade do povo”, em eleições pluripartidárias. Os partidos políticos são em suas configurações instituições através das quais realizam-se o recrutamento da classe governante. Para tanto, indivíduos devem, para que sejam escolhidos, filiar-se de acordo com suas preferências e interesses, e concorrerem a uma vaga para os cargos eletivos e de representação.

A presente pesquisa almeja contribuir com os estudos em torno do parentesco político e o uso do capital político-familiar em conjunto do capital econômico para a manutenção do poder e dominação no Estado da Paraíba, como também incentivar outros estudos do mesmo viés em outras regiões.

Para tanto, o objetivo geral deste estudo é analisar os maiores partidos políticos nacionais, no âmbito do Estado da Paraíba, e refletir se estes possuem “donos” que se restringem a poucas “famílias” e “parentes”, e com isso são privilegiados no que concerne serem instituições de recrutamento da classe política. Diante disto, procura-se encontrar respostas da questão, será que o sistema partidário e o interior dos próprios diretórios dos partidos paraibanos são democráticos ou possuem “donos” de famílias tradicionais que são privilegiados com os melhores cargos eletivos de representação?. Para tanto, deve-se ficar atento para alguns conceitos elaborados por Monteiro (2016) e que serão retratados ao longo do estudo, entre esses conceitos estão o de “capital político-familiar”, “famílias políticas” e “novas famílias políticas”.

O conceito de “capital político-familiar” elaborado por Monteiro (2016) tem por finalidade perceber a força simbólica exercida pelas famílias políticas, objetivando, a partir de um senso prático, e de acordo com a dinâmica do jogo, manter um domínio que perpassa por gerações. Isto, numa configuração de poder, perpassando pelo controle das mais variadas instituições, de elas, os partidos políticos. Nas palavras do supracitado autor,

O capital político-familiar é o distintivo simbólico e material que transmite pelo ‘nome de família’ e pelo patrimônio material e simbólico do grupo familiar. Trata-se de uma espécie de capital político que se desdobra simbolicamente pela força exercida pela ‘palavra de ordem’ família (MONTEIRO, 2016, p. 26).

O capital político-familiar, dentre as diversas instituições que pode ser potencializado, encontra-se os partidos como uma das instituições centrais, quando associado também ao “capital econômico” e ao “capital cultural”, herdado pelo agente que exerce influência e ou domínio no partido. Estes capitais, portanto, tornam-se fundamentais para “produção, manutenção e reprodução da elite política no estado da Paraíba” (MONTEIRO, 2016, p. 27).

As famílias políticas estudadas são aquelas detentoras de capital econômico e capital político-familiar e fazem uso deste instrumento de poder material e simbólico para adentrar no campo político de representação, desta forma, utilizo o conceito elaborado por Monteiro (2016) que as classificam em: “famílias políticas” e “novas famílias políticas”. As primeiras “são aquelas que ocupam cargos públicos eletivos e de representação e cargos de comando há mais de meio século no Estado” (p. 29), a exemplo das famílias Maranhão, Ribeiro, Cunha Lima, entre outras.

As novas famílias políticas são representadas, por exemplo, pelas famílias Feliciano e Gouveia, pois são aquelas que,

Adentraram ao campo político no período de redemocratização sob força do capital econômico ou ancoradas por meio da parentela e que passaram a construir quadros e inserir parentes para cargos eletivos e de representação política municipal e estadual (MONTEIRO, 2016, p. 29).

Esta pesquisa também busca identificar se realmente há fragilidade no sistema partidário brasileiro, de acordo, com os pontos negativos que serão evidenciados por pesquisadores brasilianistas¹, como Mainwaring (1993), Barry Ames (2001), David Samuels (1997) e Frances Hagopian (1996), entre outros, todos estes autores citados na pesquisa de Rodrigues (2009) intitulada de “Os partidos brasileiros representam algo?”. Também busca alcançar objetivos específicos, como identificar os “sobrenomes” de famílias políticas tradicionais membros dos diretórios dos partidos políticos paraibanos e que possuem cargos eletivos de representação, como também, apontar os “donos” dos partidos detentores do capital político-familiar e econômico e analisar o poder de dominação que exercem ao demandarem boa patê de familiares dentro dos diretórios.

¹ “De origem controversa, a expressão ‘brasilianista’ começou a circular com mais frequência nos anos 1970 para designar uma geração de historiadores estrangeiros, sobretudo anglo-saxões, que voltaram seus olhos para o Brasil numa época em que a produção local era constrangida pela vigilância do regime militar” (MÁRCIO FERRARI, ed. 245, 2016).

Trata-se aqui de uma pesquisa descritiva a qual se detém em descrever as características de determinados fatos que foram observados sem interferência nos dados obtidos, ou seja, uma pesquisa que visa analisar as relações determinadas e as frequências com quais ocorrem, ordenando os dados por meio de uma abordagem quantitativa. Quanto à obtenção de dados, esta pesquisa tem característica documental, por coletar uma grande variedade de dados em materiais que ainda não tinham recebido um tratamento analítico de acordo com o objetivo proposto.

Ainda sobre os dados coletados, estes foram obtidos através dos dados disponíveis no site do TSE, como também através de outros portais. Desta forma, foi obtido primeiro dados relacionado aos maiores partidos nacionais em números de prefeituras ganhas nas eleições 2016, em seguida, foi feito um recorte destes cinco maiores partidos, desta vez, no âmbito do Estado da Paraíba. Assim, possibilitou a pesquisa e análise dos “nomes e sobrenomes” dos agentes políticos pertencentes às famílias políticas tradicionais e que controlam os diretórios destes determinados partidos, através de dados secundários.

Na primeira parte deste estudo estará se debruçando sobre as perspectivas que se tem sobre o sistema partidário do Brasil e as instituições políticas de representação, na visão de estudiosos estrangeiros, conhecidos por “brasilianistas”, fazendo um contraste com as preferências eleitorais sobre as questões ideológicas que as diferenciam entre esquerda e direita.

No segundo momento será apresentado um quadro atualizado do ranking dos maiores partidos políticos brasileiros classificados pela maior quantidade de prefeituras conquistadas nas últimas eleições. Para esta escolha classificatório levou-se em consideração, a abrangência de maior poder dos partidos com maior representação municipal, e, conseqüentemente, maior poder para os “donos dos partidos”.

Após apresentado o ranking, os maiores partidos foram analisado e, concernente ao diretório estadual da Paraíba, foi estabelecido à relação com os nomes das “famílias políticas” e das “novas famílias políticas” “controladoras” de tais partidos, utilizando-me como referência a obra “A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar”, de Monteiro (2016), e os apontamentos apresentados na primeira parte deste estudo.

Nas considerações finais, busco enfatizar e finalizar a análise construída no decorrer do estudo, relacionando o que foi apresentado sobre as questões das famílias políticas paraibanas nos maiores partidos nacionais, como alcance do objetivo geral desta pesquisa.

2 PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

Estudos no campo da Ciência Política como os de Messenberg (2002), Rodrigues (2009), Paiva e Tarouco (2011), Braga e Pimentel (2011) e Monteiro (2016), buscam explicar através de trabalhos e pesquisas a importância e o funcionamento das instituições políticas, como o caso dos partidos políticos brasileiros que durante décadas sofreram críticas dos de cientistas políticos por serem poucos representativos e por não manterem uma identidade partidária sólida.

O certo é que a democracia representativa só existe através das representações e dos partidos político. De acordo com Monteiro (2016, p. 156) “a institucionalização dos sistemas partidários ainda é um requisito fundamental para a institucionalização da própria democracia”. No entanto, durante anos questionou-se a respeito do sistema partidário brasileiro se realmente os partidos representam algo, pois carregam características negativas apontadas por estudiosos que mostram fragilidades em aspectos marcantes dos partidos políticos brasileiros, levando a crer que o Brasil se encontrara em um nível de subdesenvolvimento partidário em relação às demais democracias mundiais (MAINWARING *apud* RODRIGUES, 2009, p. 16).

Segundo os autores norte-americanos Mainwaring e Lijphart (1998) os partidos políticos brasileiros são poucos institucionalizados e disciplinados contendo baixos níveis de “lealdade, fidelidade e coesão”, com exceção dos partidos de esquerda. Não só esses autores norte-americanos têm uma visão pessimista dos partidos políticos brasileiros, outros autores como Barry Ames (2001), David Samuels (1997) e Frances Hagopian (1996) demonstram a fragilidade dos partidos a frente do sistema presidencialista representativo atenuando diferentes razões, mas que levam a falta de disciplina dos partidos políticos brasileiros considerados de direita.

No entanto vale salientar que estes pesquisadores norte-americanos reproduzem diagnósticos negativos de indisciplina partidária, fragilidade representativa e de instabilidade democrática, “difundidos por cientistas políticos brasileiros, jornalistas, membros da própria classe política e eleitores” (RODRIGUES, 2009, p. 19). A verdade é que quando Mainwaring (1993) enfatizou que o Brasil se encontrara em um nível de subdesenvolvimento partidário comparando aos demais países da América Latina e aos países da Europa Ocidental, ele retomou,

[...] uma ideia já expressada por Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello em meados da década de 1980: ‘Em perspectiva comparada, o Brasil é um caso notório de subdesenvolvimento partidário. Se partirmos do pressuposto de que partidos fortes e bem enraizados na sociedade são indispensáveis à consolidação democrática, nossa discussão deve centrar-se desde o início nessa longa história de descontinuidade e debilidade (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986, p. 9 *apud* RODRIGUES, 2009, p. 19).

Diante das pesquisas de Rodrigues (2009), a respeito da democracia representativa brasileira enfatizando mais a fundo os partidos políticos, autores como Mainwaring (1993), Barry Ames (2001), David Samuels (1997) e Frances Hagopian (1996) contabilizam alguns indicadores de aspectos negativos que concretizam as críticas aos partidos brasileiros e a questão da representação partidária. Os indicadores negativos apontam sete problemas no sistema partidário brasileiro. O primeiro está relacionado ao número excessivo de partidos pós-constituente, o que levou a fragmentação entre os grandes partidos de direita, esquerda e centro e a formação de um grande número de pequenos e médios partidos independentemente da tendência ideológica seguida.

O segundo ponto negativo apontado por autores que acreditam na fragilidade do sistema partidário brasileiro, está justamente relacionada à fragilidade dos partidos, pela tamanha tendência de partidos serem criados para atender projetos pessoais políticos e depois acabarem sumindo ou perdendo qualquer tipo de influência política e ideológica. Ou seja, os partidos são criados para que determinados agentes políticos consigam maior capital econômico através a receita vinda dos diretórios e também das doações de empresas, e logo após o fracasso em eleições deixam o partido desconsiderando o posicionamento ideológico que o fazia defender as ideias partidárias.

O terceiro ponto está relacionado às frequentes mudanças de partidos entre os atores políticos, o que caracteriza a indisciplina citada por autores norte-americanos, a falta de ordem e de fidelidade partidária. Pesquisas mostram que as trocas entre partidos ocorrem constantemente em todos os anos. “Entre 1983 e 1987, 31,3% dos deputados mudaram de partido: [...] Nicolau, (NICOLAU *apud* RODRIGUES, 2009, p. 21), examinando a trajetória dos 513 deputados federais eleitos em 1994, verificou que 64,6% tinham trocado de partido pelo menos uma vez”.

Trazendo como exemplo mais recente, de Janeiro a Abril de 2016 houve 99 trocas de deputados entre os partidos, representado 19,3% do total da casa ou um quinto do total de 513 deputados da Câmara, segundo o levantamento realizado pela Mariana Schreiber (2016) da BBC Brasil.

O quarto indicador negativo, está caracterizado pelo que Rodrigues (2009) chamou de “falta de consistência ideológica-programática”, a exemplo de coligações entre partidos com conceitos ideológicos diferentes, e ainda, por não ter a consistência no conjunto de ideias formadoras dos partidos, é comum em tempos de eleições verem partidos competindo entre si em âmbitos municipais e Estaduais, mas que apoiam no âmbito nacional. Exemplificando esta questão, os candidatos a Senador da Paraíba José Maranhão do PMDB e Lucélio Cartaxo do PT, concorreram um contra o outro em 2014, enquanto neste mesmo ano no âmbito nacional para presidência, juntos os partidos destes dois candidatos apoiavam a reeleição da candidata Dilma Rousseff do PT.

Para Mainwaring (1999 *apud* Rodrigues 2009, p.21), o quinto indicador negativo do sistema partidário e eleitoral brasileiro seria à patronagem, o clientelismo e o patrimonialismo², as características mais fortes e resistentes às mudanças e transformações da sociedade, sobrevivendo com variações em diferentes regiões e ambientes sociais. Tanto que muitos outros autores brasileiros veem escrevendo sobre tais assuntos em busca de explicar o atraso do Brasil em âmbitos do desenvolvimento econômico, político e social. Autores brasileiros como José de Souza Martins (1999) e Edson Nunes (2003) já tratavam essas questões de clientelismo em determinados períodos históricos³.

O sexto ponto negativo refere-se “ao personalismo dos políticos”, uma característica negativa porque eleva o interesse pessoal do político acima do interesse coletivo do partido, contrapondo-se também a ideologia política do partido citada no quarto indicador negativo do sistema partidário e eleitoral brasileiro.

² A patronagem consiste na relação advinda a diferença de posições sociais, por exemplos patrão e empregado, políticos e eleitores, a qual torna possível que os indivíduos detentores de maior status social e econômico possam ter acesso aos melhores recursos, serviços e posições sociais, sejam eles nos âmbitos da política ou não. Neste contexto, a cultura do clientelismo consiste na troca de favores entre os atores políticos e os eleitores. Os agentes políticos ajudam os eleitores através de favores, com ajuda de custo ou material, fáceis e rápidos de serem solucionados e imediato em troca da garantia do voto, assim, os eleitores tornam-se clientes dos políticos e a moeda de troca atribuída é o voto.

O patrimonialismo consiste na apropriação da “coisa pública” como se fosse um patrimônio privado do indivíduo, por exemplo, quando um agente político leva um indivíduo que não pode pagar uma clínica particular, para consulta-se num hospital público, como se essa instituição fosse do agente político e só foi possível a consulta devido sua intervenção. Indivíduos que passam por estas situações ficam sujeitos a votarem nos agentes políticos que arrumaram tal ajuda.

³ Nas obras “O poder do atraso: ensaios de Sociologia da história lenta” e “A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático” de José de Souza Martins e Edson Nunes, nesta ordem, tratam do clientelismo dentre vários outros assuntos. Tratam o clientelismo como sendo uma prática política que consiste na troca de favores entre os atores políticos e os eleitores. Nesse caso o político recorre a soluções fáceis e rápidas de serem solucionados principalmente no período eleitoral, favores esses que podem ser a quitação de uma conta de energia ou água ou a compra de um remédio, ou seja, favores que sirvam para criar uma aproximação pessoal com o eleitor, tendo assim, um valor sentimental ao eleitor, pois, para o eleitor na maioria dos casos uma ajuda num momento de necessidade, vale mais do que políticas públicas eficazes que supram com suas necessidades por longos períodos, contudo a única forma viável de retribuir o favor é através do voto, que na verdade sempre foi o objeto de interesse do agente político.

Para concluir as críticas, volta-se a questão da indisciplina partidária, último indicador negativo e o mais citado entre os pesquisadores que se debruçaram sobre a política partidária do país, com o objetivo explicar o “subdesenvolvimento político” pelo fato de todos os partidos serem instáveis desorganizados e sem coesão, apenas com exceção dos partidos de esquerda. Todos os demais partidos seriam exemplo de “profunda instabilidade do nosso sistema partidário, sua incapacidade de representar interesses sociais e, basicamente, de servir de canal de intermediação entre o poder público e a sociedade” (RODRIGUES, 2009, p.22).

Considera-se aqui que tais autores considerados brasilianistas fazem questionamentos pessimistas e que apontam o Brasil como sendo um país de instabilidade na democracia representativa, já que a representação é advinda dos candidatos que defendem um pensamento político partidário, contudo, apontam características negativas para demonstrar e julgar a fragilidade do sistema partidário, tendo políticos que não são leais aos seus partidos, assim, não representando de forma coesa a sociedade.

Por outro lado, a pesquisa de Rodrigues (2009) também mostra que os partidos políticos brasileiros são adquiridos de fidelidade e disciplina partidária, ao contrário dos estudos dos brasilianistas, percebe-se dentro dos grandes partidos possuem um ‘núcleo dominante’, “uma categoria socioprofissional majoritária que formava a espinha dorsal de cada legenda e lhe dava a tonalidade ideológica e a orientação político-programática (RODRIGUES apud RODRIGUES, 2009, p. 25); tanto que fica claro definir que os partidos de esquerda tem um posicionamento ideológico e político-programático totalmente contrário dos partidos de direita, sendo favoráveis a mais intervenção econômica por parte do Estado, a reforma agrária e a maior resistência do capital estrangeiro, como por exemplo o PT, que não assume uma ideologia de extrema esquerda, mas busca seguir um plano que faz uma mistura

nem sempre harmoniosa, de concepções socialistas democráticas ao lado de outras leninistas e trotskistas, às quais cumpriria acrescentar a influência de um socialismo católico moderado e de um socialismo já não tão moderado da Teologia da Libertação (RODRIGUES, 2009, p. 3).

Outro fator que diferenciam esses partidos entre esquerda e direita está amarrada as questões de autoidentificação dos parlamentares entre esquerda e direita, moderada ou não, percebendo que a autoidentificação ou autoclassificação de direita está em sua maioria concentrada entre parlamentares de grupos de empresários, enquanto os parlamentares que se dizem de esquerda possuem em suas maiorias com formações em “profissões intelectuais, manuais e de nível médio, o que corresponde que, parlamentares de um mesmo grupo sócio-

profissional identificam-se com a ideologia e preferências políticas de um partido e tentem a compor a mesma bancada partidária.

Ainda sobre esta questão sócio-profissional, tem-se consciência de antes da criação do PT, os partidos, principalmente de direita, são partidos criados de cima para baixo as chamadas por Messenberg (2002) de “elites políticas”, que através de uma metodologia que busca identificar as contribuições e impasses que há entre as teorias culturalistas e da escolha racional⁴, mostra que a partir da década de 30 há uma continuidade das *heranças políticas* que intensificam a fragilidade das instituições, reforçando o caráter das relações clientelistas.

Realizando uma pesquisa no interior da elite política brasileira, no Congresso Nacional entre os anos de 1989 a 2004, Messenberg (2002) procurou compreender as diferentes origens socioculturais e de que maneira interferem em suas carreiras e identidades políticas, como também as representações simbólicas, divididas em três agrupamentos da elite: o Nordeste, o Sudeste e o Sul. Destacando o Nordeste como fonte deste estudo, a autora mostra que nesta região a maioria dos parlamentares são considerados de direita e pertencentes de famílias tradicionais. Em sua maior parte tinham formação em direito ou eram empresários. Em suas carreiras conquistaram cargos importantes na administração estadual e municipal, com grande participação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tendo destaque em projetos de desenvolvimento da região. “Na dimensão das representações simbólicas desse grupo abundavam construções míticas expressas em seu discurso político rico em figuras de retórica.” (MESSEMBERG, 2002, p. 25).

Grande parte dos partidos de direita tem sua formação através da elite, de grupos que tem um alto poder econômico e de capital cultural, tradicionalmente em sua maioria formados por empresários donos de grandes empresas, ao contrário, da formação dos partidos de esquerda, principalmente o PT, que em sua formação tem o caráter de novidade, pelo simples fato de ter vindo de baixo rompendo com as tradições elitistas, como escreveu o professor José Álvaro Moisés:

É bem conhecida a novidade apresentada pelo PT na história política brasileira: não só o PT rompeu com a velha tradição elitista de partidos organizados de cima para

⁴ No artigo “A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural”, Débora Messenberg (2002) faz uma interpretação as contribuições das distintas teorias culturalistas e teorias da escolha racional, para o entendimento das estruturas das elites parlamentares. Assim decorre das discussões dos culturalistas contra os teóricos da escolha racional, os primeiros dando maior ênfase a valores e normas de comportamento, já os da escolha racional seguem uma perspectiva de “ação coletiva em defesa de certos interesses”, que neste caso seriam individuais, de acordo com a “lógica do comportamento egoísta racional”, ou seja, um embate entre a explicação da ação dos agentes sociais, de um lado por meio de elementos culturais, e de outro pela a racionalidade instrumental.

baixo – na verdade o PT foi o primeiro partido, nos últimos cinquenta anos, a nascer da iniciativa de “baixo” – como também rompeu a tradição de partidos que nasciam dentro do Estado ou por iniciativa do Estado. (MOISÉS *apud* RODRIGUES, 2009, p.2).

Apesar de serem muito criticados, os partidos políticos brasileiros veem demonstrando ao longo dos anos que possuem uma identidade partidária, pelo menos no que reflete as eleições presidenciais, que nos últimos anos foram dominadas pela disputa entre PT e PSDB. A partir da década de 90, as produções monográficas, teses e dissertações veem se contrapondo as visões pessimistas dos estudos anteriores, e demonstram a superação sobre a questão da fragilidade do sistema político partidário brasileiro, encaminhando a visão para a “consolidação do quadro partidário brasileiro”.

Recentemente, os estudos dedicam-se a analisar a descrença ou gosto dos eleitores a respeito dos partidos políticos brasileiros, como formas estruturantes de decisão de voto, “em sua grande maioria, a produção intelectual que trata do tema resulta de estudos de *survey* que buscam apreender, de maneira sistemática, a percepção e avaliação do eleitorado sobre os partidos políticos e demais instituições políticas” (PAIVA e TAROUÇO, 2011, p. 428).

Maria do Socorro Sousa Braga e Jairo Pimentel Jr apontam que a literatura política mostra forte aversão aos partidos e baixa identificação partidária entre os eleitores ocasionando o crescimento do movimento anti-partidário, decorrente por três razões:

1) o sistema eleitoral proporcional (MAINWARING, 1995; LAVAREDA, 1999; KINZO, 2004), 2) o baixo nível cognitivo dos eleitores (MOISÉS, 1992; MÔNICA CASTRO, 1994; KINZO E CARREIRÃO, 2004, KINZO, 2005) e 3) a cultura política do populismo (SINGER, 1990; MENEGUELLO, 1994 *apud* BRAGA e PIMENTEL, 2011, p. 272).

Em contrapartida, o estudo realizado nos anos de 2002, 2006 e 2010 por Braga e Pimentel (2011) demonstra que a simpatia partidária é um forte componente da decisão do voto do eleitor no que concernem as eleições presidenciais, mesmo que grande parte dos eleitores desconheçam as cargas ideológicas dos partidos por motivos vários, tendem a simpatizar por um determinado partido ano após ano.

Neste estudo, como mostra a tabela 1, a simpatia partidária é medida através do índice de identificação partidária, a qual pode-se contrapor a visão pessimista dos brasilianistas, sendo que o Brasil encontra-se em um nível de identificação partidária⁵ próximo a países com democracias já consolidadas como “Grã-Bretanha, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e

⁵ Neste contexto a identificação partidária refere-se à simpatia ou afinidade com qual os eleitores se identificam e tem predisposições ideológicas afetivas com os partidos.

Irlanda, e ainda possui nível superior ao Japão, Coréia, Alemanha, Suíça, Bélgica e Holanda” (BRAGA E PIMENTEL, 2011, p. 275).

Tabela 1 - Identificação partidária comparada

	1996-2000	2000-05
Austrália	83,5	83,9
Ucrânia	70,5	-
Israel	64,2	62,4
Estados Unidos	57	56,1
Nova Zelândia	56,3	55,7
Rússia	56,1	-
França	-	55,8
Polônia	53,7	41,8
Suécia	53,1	48,8
Noruega	52,9	41,3
Canadá	52,1	-
Portugal	51,8	51,8
Islândia	51,6	54,2
Dinamarca	51,4	50
Brasil	-	49,4
Grã-Bretanha	48,8	44,9
República tcheca	48,8	63,7
México	48,2	51,9
Romênia	47,1	-
Filândia	-	46,6
Espanha	42,8	61,3
Bulgária	-	42,7
Japão	37,5	-
Alemanha	37,4	37,2
Suíça	36,7	42,5
Bélgica	-	36,1
Hungria	35,8	52,6
Lituânia	34,6	-
Taiwan	33,8	42,8
Holanda	27,9	-
Irlanda	-	27,7
Coréia do sul	27,3	40
Peru	22,8	-
Eslovênia	21,7	-
Tailândia	21,5	17,7
Chile	20,7	-
Bielo-Rússia	11,7	-
Hong Kong	7,9	28,1
Média*	42,7	47,7

Fonte: Comparative Study of Electoral Systems, Módulos I e II. Dados com peso (*missing data* não foram incluídos no cálculo dos percentuais). Perguntas utilizadas nos surveys: Do you usually think of yourself as close to any particular political party? Which party is that?

*Adendo dos autores deste artigo, ausente da tabela original de Dalton e Weldon (2007).

Novamente, ressalta que entre a discussão da identificação do partido entre direita ou esquerda, o PT é o partido que mais colabora com o alto patamar de identificação partidária deste estudo, de 2002 a 2010 e que tenderia a permanecer.

A razão para isso recai sobre sua organização partidária. Tido como único partido de massas do Brasil, o PT soube se colocar junto aos movimentos sociais, integrando-se no eleitorado como um partido de esquerda e de oposição, tratando de fixar uma imagem robusta e conjunta dos seus políticos, cativando, com o passar do tempo, uma grande quantidade de eleitores (KINZO, 2005; SAMUELS, 2004).

Observa mais uma vez, na diferenciação as críticas relacionadas aos partidos de direita e de esquerda, tendo em vista que os partidos de direitas serem mais frágeis que os de esquerda, tomando como exemplo o PT por apresentar maior identificação partidária apresentando,

Outra possível razão para esse vínculo do PT com o eleitorado é o uso estratégico que os seus candidatos fazem do horário eleitoral gratuito. Em comparação com os demais partidos, o PT utiliza muito mais o seu símbolo partidário, e os discursos dos candidatos dão maior ênfase à questão partidária. Mesmo centradas na figura e imagem dos políticos, as campanhas dos candidatos do PT, em todos os níveis e cargos, possuem um discurso partidário que os demais partidos não fazem questão de salientar (DIAS, 2005, 2011 apud BRAGA E PIMENTEL, 2011, p. 277).

Adentrando na preferência partidária dos brasileiros, no estudo feito por Paiva e Tarouco (2011), demonstra na Tabela 2 a comparação desta preferência entre os partidos citados na pesquisa, “construída a partir das respostas à pergunta: ‘Qual partido o Sr(a) gosta?’”, entrevista essa realizada em 2010 pelo Estudo Eleitoral Brasileiro.

Tabela 2 - “Qual Sr/a partido gosta?”

Partido	%
PMDB	10,9
PTB	0,2
PDT	0,9
PT	58,0
DEM	1,6
PC do B	0,3
PSB	1,0
PSDB	16,3
PSC	0,2
PRP	0,1
PPS	0,2
PV	7,3
PP	0,4
PSTU	0,1
PCB	0,3
PRB	0,1
PSOL	0,6
PR	0,3
PDS	0,1
Não Lembra	0,7
Não sabe o nome do partido	0,1
Total (N= 953)	100,0

Fonte: CSES-ESEB 2010

Comprovando o que Braga e Pimentel (2011) puderam observar, 58% dos entrevistados têm preferência ou simpatia pelo PT, ou seja, todos os restantes partidos juntos não representam a mesma preferência que o PT, que vem seguido por PSDB e PMDB, com 16,3% e 10,9% respectivamente dos 953 eleitores entrevistados. Paiva e Tarouco (2011) chamam a atenção sobre a tabela 2, que o PT, o PSDB e o PMDB são os partidos sobre os quais estão concentrados a preferência de quase totalidade do eleitorado brasileiro. O PT, com grande vantagem dos demais, vem liderando a concorrência eleitoral presidencial nas últimas

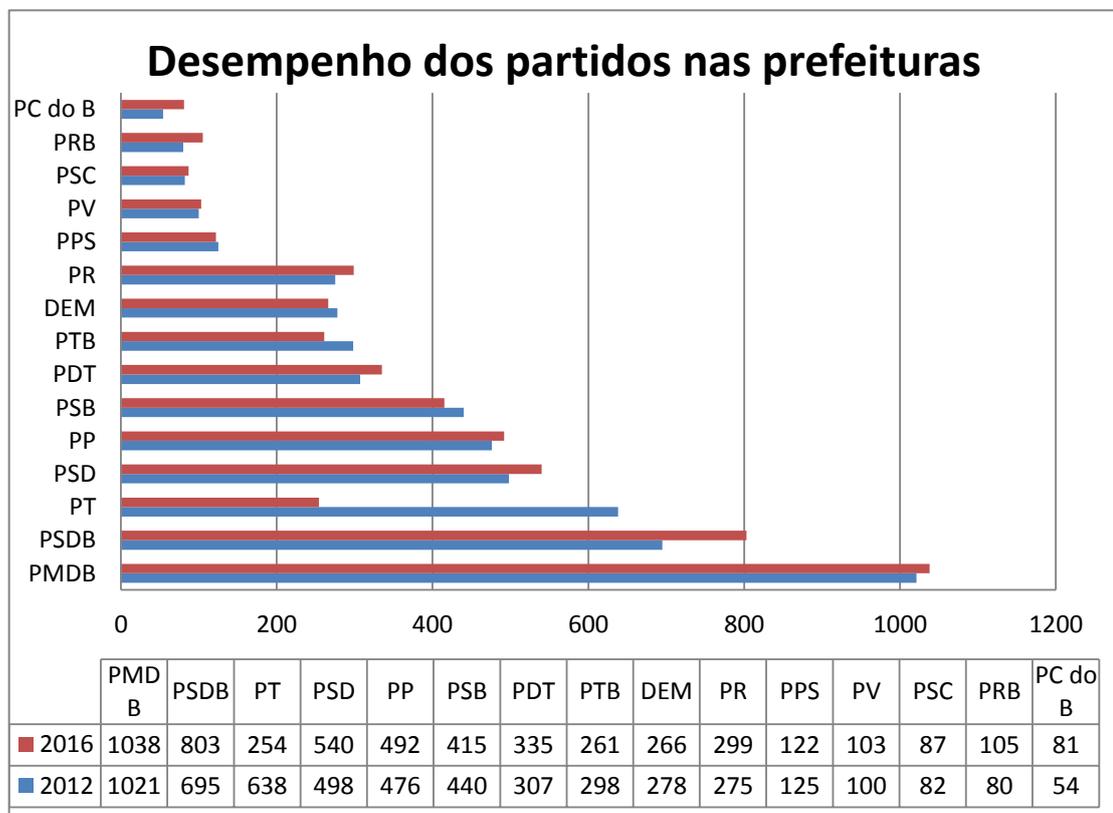
décadas, sendo eleito na pela via democrática e a soberania do voto popular desde as eleições de 2002, 2006, 2010 e posteriormente 2014 e o PMDB como forte destaque na bancada do Congresso Nacional.

2.1 Maiores partidos brasileiros

O ranking dos partidos foram contabilizados a partir dos números de prefeituras ganhas em 2016. Refiro-me aqui as últimas eleições municipais brasileiras. Desta forma, esta pesquisa considera os maiores partidos aqueles que conquistaram o maior número de prefeituras nesta última eleição, desconsiderando o número de filiados para determinar a grandeza do partido.

O gráfico 1, que segue, mostra o ranking dos partidos políticos com maior quantidade de prefeituras conquistadas no ano de 2016, fazendo uma comparação com os dados da eleição anterior (2012).

Gráfico 1 - Maiores partidos nacionais por número de prefeituras.



Fonte: TSE. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/psdb-elege-14-prefeituras-no-2-turno-e-pt-nenhuma.html>>. *Dados organizados pelo próprio autor.

Como esta pesquisa busca trabalhar com os 5 maiores partidos políticos brasileiros em número de prefeituras no país, a relação destes partidos se organizam da seguinte forma. Em primeiro lugar, manteve-se o PMDB com um crescimento de 1,67% em relação a eleição anterior totalizando 1.038 prefeituras. Em segundo lugar continua também o PSDB com um acréscimo de 15,54%, em comparação a eleição anterior, totalizando 803 prefeituras, com um destaque que se tornou o partido com o maior número de cidadãos a serem governados, tendo em vista que o principal colégio eleitoral do país passou a ser governado pelo PSDB. Ganhando uma posição em relação a eleição anterior, o PSD encontra-se atualmente em terceiro lugar com um aumento de 8,43% e totalizando 540 prefeituras. O quarto maior partido hoje é o PP, que ganhou uma colocação com relação a eleição anterior com o aumento percentual de 3,36% e o total de 492 prefeituras; e em quinto lugar e último, neste estudo, encontra-se o PSB que teve uma queda percentual de -5,68% e mesmo assim ganhou uma posição em relação a última eleição municipal, terminado com 415 prefeituras no total.

Observa-se no gráfico que a grande mudança no ranking dos grandes partidos está na queda de desempenho do PT, visto que em 2012 tinha o terceiro maior número de prefeituras, mas com o processo de criminalização da esquerda na América latina e das esquerdas no Brasil, especificamente, atrelada aos escândalos de corrupção, teve uma queda de 638 prefeituras para 254 prefeituras, um decréscimo percentual de -60,19%, localizando-se hoje na 10ª colocação.

2.2 Desempenho dos maiores partidos nacionais nas prefeituras da Paraíba

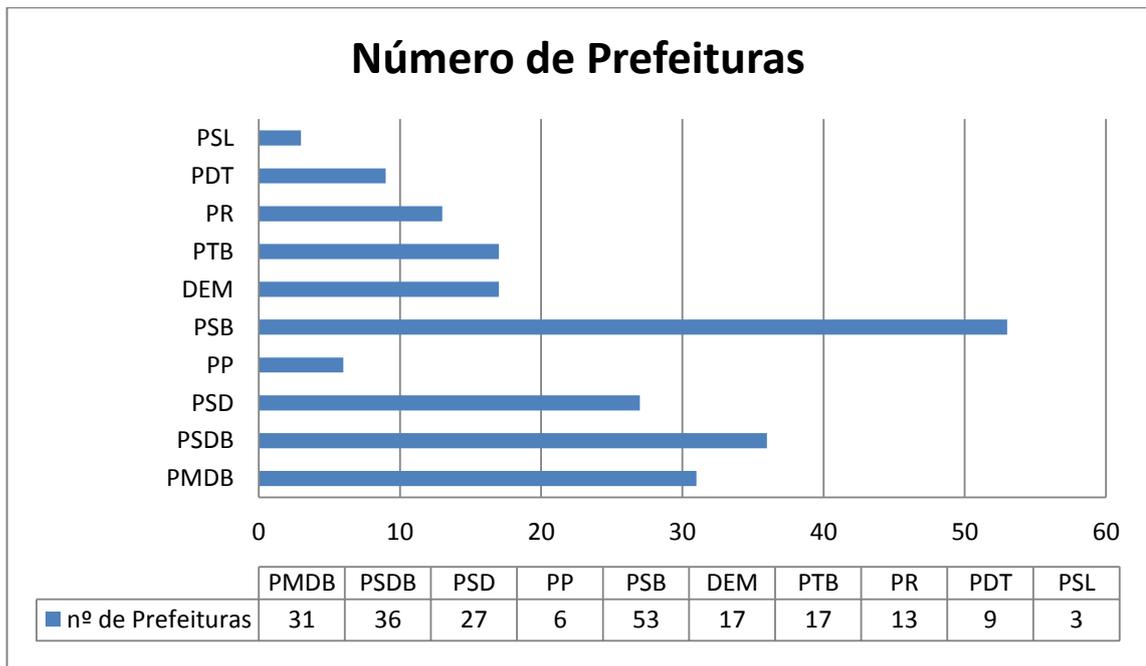
Segundo dados obtidos do TSE-TRE-PB⁶, entre os maiores partidos nacionais o PSB foi o partido a qual obteve o maior número de prefeituras no Estado da Paraíba, somando um total de 53. Isto se deve, em grande medida, a relação que se estabelece com aquele que está no governo. Quase sempre, como tendência, aqueles partidos que alcançam o governo executivo dos estados, tende a fazer nas eleições municipais mais prefeitos. Trata-se de uma lógica pragmática, e uma das hipóteses que permite a migração de um partido para outro. O que se denomina na linguagem popular de configurações oportunistas.

⁶ Acesso em: <<http://www.tse.jus.br/>> e <<http://www.tre-pb.jus.br/>>.

Enquanto o PSDB, que já foi à época governo, o partido a possuir mais prefeituras no Estado, atualmente ficou na segunda colocação com um total de 36 prefeituras. Vale destacar que, embora ficando atrás do PSB, em número de prefeituras, é atualmente, seguindo a tendência nacional, um dos partidos no Estado que fez prefeitos para alguns municípios com densidade eleitoral considerável.

Em seu arco de aliança foi possível, inserir na quarta posição o PSD com 27 prefeituras no estado, ficando este com o controle dos orçamentos da capital da Paraíba e do segundo maior colégio eleitoral do Estado, Campina Grande. Mas, claro, em número de prefeituras este ainda ficou abaixo das prefeituras controladas pelo PMDB, que conseguiu eleger 31 prefeitos. O PP que destacou-se a nível nacional, na Paraíba não foi possível seguir a tendência que seguiu no âmbito nacional. Este partido elegeu apenas 6 candidatos, ficando atrás de partidos como o DEM (17), PTB (17), PR (13) e PDT(8).

Gráfico 2 - Número de Prefeituras paraibanas por partido



Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>.
 *Dados organizados pelo próprio autor.

2.3 Partidos políticos e o controle político-familiar na Paraíba

A Paraíba é um berço de influentes políticos brasileiros que ocupam não somente cargos municipais e estaduais, mais também participam das bancadas do Congresso Nacional. O fato é que estes políticos paraibanos que são representantes no Congresso Nacional, quase sempre, tem origem da mesma minoria advinda dos “berços oligárquicos”, o que leva aos Cientistas Sociais e Cientistas Políticos, como no caso de Monteiro (2016), a questionar se de fato os partidos políticos são democráticos ou possuem donos que ditam regras de funcionamento destas instituições, já que são compostas por uma expressiva presença de agentes pertencentes às linhagens familiares e com uma rede de parentela.

Em seu trabalho *“A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar”*, Monteiro (2016) abre um espaço para enfatizar o controle familiar que exercido dentro dos partidos políticos brasileiros, optando por destacar a Paraíba como Estado de forte presença do poder das oligarquias.

De acordo com o referido autor “os partidos exercem, dentre outras finalidades, a função de selecionar a elite política, apresentando candidatos aos postos públicos” (MONTEIRO, 2016, p. 156). O seu estudo ainda destaca que as famílias políticas tradicionais, a exemplos dos “Cunha Lima”, “Maranhão” e “Vital do Rêgo”, se revezam nos poderes representativos e a história se repete ano após ano com seus herdeiros políticos, o que faz o autor questionar sobre quais mecanismos permitem estas famílias se perpetuarem no poder por tanto tempo?”(MONTEIRO, 2016, p.152). Uma das respostas está no controle de partidos políticos, sendo esta uma instituição legal e único meio recrutamento político para que se torne apto a candidatar-se a um cargo público de representação.

Chega a ser irônico dizer que no Brasil qualquer indivíduo possa ganhar uma eleição desde que seja filiado a um partido que mais se identifique. Este, afirma o pesquisador, é o discurso democrático que todos conhecem, e que são transmitidos nos meios de comunicações. No entanto, continua perecendo inviável que um indivíduo que não pertença às “famílias políticas” no seu mais amplo conceito, consiga eleger-se, principalmente nos partidos paraibanos. De acordo com Monteiro (2016),

Na Paraíba, os partidos parecem possuir donos. Muitos ‘donos’ são os herdeiros das famílias políticas. O território do Estado passa a ser dividido de acordo com as microrregiões e, nestas, as famílias políticas e as novas famílias políticas possuem seus ‘latifúndios’ ou ‘minifúndios’ eleitorais. Quanto maior o volume do capital, maior o tamanho do ‘latifúndio eleitoral’ e mais bem votado tende a ser o candidato que domina e controla politicamente a região. É sob o domínio dos territórios que as

famílias políticas controlam e exercem o comando dos partidos. No discurso jornalístico e democrático liberal, as eleições funcionam como um espaço de disputas democráticas na qual todos os indivíduos podem se candidatar bastando tão somente querer e se filiar ao partido do qual seja simpatizante ou ideologicamente alinhado. (MONTEIRO, 2016, p. 157)

Acontece que os donos destes partidos, quase sempre, são os donos do poder, que tem e mantém relação com os donos do capital, aqueles que financiam as campanhas. São agentes pertencentes às tradicionais famílias, que vem de geração em geração dominando e controlando várias instituições (mídia, partidos, diretórios partidários, orçamentos públicos do legislativo e do executivo) em suas regiões de atuação. A Paraíba, desde o período coronelista⁷, mantém esta configuração de poder, visto que seus descendentes eram grandes fazendeiros e detentores de expressivo volume de capital econômico, que se transmitia por meio das linhagens hereditárias. Muitos deles continuam, em pleno século XXI, a dominar usando seus “sobrenomes” como um distintivo, um “mérito” da hereditariedade. Unem desta forma capital político-familiar ao econômico, com vistas a conquistar os melhores cargos representativos em busca de ampliação e/ou manutenção da tradição e do capital econômico. Por consequência, constroem, ao longo das gerações, redes de relações familiares, que se estruturam por meio da dialética estabelecida entre capital político familiar e capital econômico, conforme destacou Monteiro (2016).

Mais adiante é destacado os donos dos maiores partidos ao nível nacional e que, portanto, possuem representação e controlam diversos orçamentos no Estado da Paraíba. Refiro-me aos partidos já mencionados. O PSB, O PSDB, o PMDB, o PSD e o PP. Dentro destes partidos, são elencados os principais nomes pertencentes aos diretórios, e que fazem parte dos grupos das famílias-políticas ou das novas famílias-políticas, e que detém de cargos públicos ou dos melhores cargos dos respectivos diretórios, ficando de fora os demais membros dos diretórios, aqueles não pertencem a nenhum desses grupos de famílias e também não tem assumem cargos eletivos de representação.

⁷ Ver também: MARTINS (1999), NUNES (2003), LEAL (2007).

3 DIRETÓRIOS ESTADUAIS

Antes de tudo vale salientar a dificuldade de encontrar as funções dos cargos os próprios sistemas de divulgações do partido, os sites nacionais e estaduais do partido, a qual se tem pouca informação dos diretórios, do que é um diretório, quais os seus cargos e as funções exercidas sobre eles.

Os próprios partidos não facilitam o acesso a tais informações, contudo, só foi possível ter uma melhor explicação a partir das informações disponíveis nos sites dos partidos do PT e PSDB, o segundo descrevendo mais detalhadamente os cargos e as funções exercidas por eles dentro do partido, ficando impossibilitado de ter o conhecimento se nos demais partidos tais cargos adquirem as mesmas finalidades.

Sobretudo, o Brasil é um país continental que requer uma ampla estruturação partidária, como também uma extensa rede de diretórios municipais, estaduais e nacional. Os diretórios são instâncias de direção eleitas pelo voto direto dos filiados (as) do partido, sendo eles zonais, municipais, estaduais e nacional. Cada partido possui seu próprio estatuto de organização partidária, mas de forma geral, os diretórios têm a função de aplicar as decisões políticas aprovadas pelos filiados e produzir políticas e ações partidárias, após as reuniões que são convocadas periodicamente quando há pautas de maior urgência e importância.

Os diretórios estaduais são competentes para eleger a comissão executiva e o conselho fiscal, como também, encaminhar as decisões políticas do diretório junto ao conselho de ética e disciplina, a serem aplicadas aos demais filiados, e ainda, intervir nos diretórios municipais de acordo previsto no estatuto do diretório.

A comissão executiva eleita é composta pelo presidente, vice-presidentes, secretário – geral e secretários, tesoureiro e tesoureiro adjunto, vogais e líder da bancada do partido na Assembleia Legislativa. Toda a comissão executiva fica com a responsabilidade de dirigir as atividades do partido, como convocar reuniões com os membros do diretório, comunicar às comissões executivas municipais e zonais as deliberações do diretório e da Convenção, Estadual e Nacional, aprovar os orçamentos de receitas e despesas regidos por normas de execução, e prestar contas ao Tribunal Superior Eleitoral. Primeiramente compete ao presidente exercer estas funções já citadas, porém, diante de sua ausência o poder passa para o primeiro vice-presidente e hierarquicamente aos demais vice-presidentes seguindo as ausências até o secretário-geral e os adjuntos.

O tesoureiro desenvolve com o auxílio do presidente e vice-presidente, a gestão econômica e financeira do diretório, tendo a responsabilidade da guarda do dinheiro e bens do partido, de efetuar as movimentações bancárias, de apresentar em dia toda a contabilidade financeira e apresentar ao conselho fiscal do diretório. O tesoureiro-adjunto exerce as mesmas funções na ausência do tesoureiro.

Um diretório partidário estadual ainda é constituído pela cooperação do conselho político estadual, formado por ex-presidentes do partido (nacional e estadual) e membros filiados que já ocuparam cargos eletivos de representação, na maioria das vezes ex-governadores ou vice-governadores. O conselho político estadual colabora avaliando periodicamente o desempenho do partido e auxiliando na tomada de decisões político-administrativas e partidárias, como as propostas de alianças partidárias.

O conselho de ética e disciplina tem função de apurar as infrações cometidas por membros e ocupantes de cargos administrativos dentro do diretório, cabendo a ele emitir um parecer de decisão a punição.

3.1 Diretório Estadual do PMDB – Paraíba

O diretório estadual do PMDB atualmente tem uma quantidade de 184 membros as quais estão sob domínio de duas tradicionais famílias que dividem o poder político-familiar e econômico, são elas: Maranhão e Vital-Rêgo.

Ocupando o cargo de presidente do diretório está José Targino Maranhão. Este que já ocupou diversos cargos públicos como mostra a tabela 3, e atualmente ocupa o cargo de Senador pela Paraíba. Da família de Jose Maranhão, ocupam cargos no diretório do partido sua irmã Wilma Targino Maranhão ex-prefeita de Araruna-PB, sua sobrinha e também filha de Wilma, Olenka Targino Maranhão Pedrosa, deputada estadual da Paraíba, e a sua própria filha Leônidas Bezerra Cavalcanti Targino Maranhão.

Dividindo o PMDB da Paraíba, Veneziano Vital do Rego Segundo Neto entre outros cargos públicos já ocupados é atualmente deputado federal, mas dentro do diretório partidário ocupa os cargos de Secretário-Geral Comissão Executiva e 3º Delegado à Convenção Nacional. Além dele, sua mãe Ozanilda Godim Vital do Rego representa essa tradicional família dentro do Estado, mas no âmbito nacional tem o apoio de Vital do Rego Filho atual

ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), e que já foi deputado estadual, federal e senador.

O capital político-familiar e econômico desta família foram construindo há um século, além da mãe Ozanilda, o pai Antônio Vital do Rego foram políticos no Estado da Paraíba, como também seus avós maternos e paternos, e ainda antes destas gerações seus parentes eram grandes latifundiários que detinham a maior parte do capital econômico antes mesmo de seus descendentes entrarem na política.

Além destas duas famílias já citadas o PMDB da Paraíba conta com a presença de membros de outras famílias que detém de um certo capital político-familiar e econômico, entre elas estão as novas famílias políticas, a família Paulino, que tem como patriarca Antonio Roberto de Sousa Paulino, sua esposa Maria de Fátima de Aquino Paulino e os descendentes Roberto Raniery de Aquino Paulino, Roberta de Aquino Paulino, família esta que não tem o capital-familiar concretizado, tanto que Antonio Roberto de Sousa Paulino e Maria de Fátima de Aquino não conseguiram mais reeleger-se e atualmente não ocupam um cargo político, somente Roberto Raniery de Aquino Paulino que atualmente exerce a função de deputado estadual.

A família Wanderley Motta é mais uma que tem tradição e divide o poder entre as demais famílias tradicionais que fazem parte do PMDB da Paraíba, representados por quatro membros da família, são eles; o deputado estadual Nabor Wanderley Nóbrega Filho, sua sogra e ex prefeita de Patos – PB Francisca Gomes de Araujo Motta, seu filho e deputado federal Hugo Motta Wanderley da Nóbrega e o ex vice-prefeito de São José de Espinharas – PB.

Ainda no PMDB da Paraíba temos um membro do diretório da tradicional família Maia, o deputado estadual Gervásio Agripino Maia, filho do ex-deputado estadual da Paraíba Gervásio Bonavides Mariz Maia, e neto do ex-deputado federal, senador e governador da Paraíba, João Agripino (1914 – 1988). Também um membro da tradicional família “Gadelha-Pires”, chamado de Andre Avelino de Paiva Gadelha Neto ex-prefeito de Sousa-PB, que tem o mesmo nome de seu avô que foi vice-governador de Pedro Godim (1960).

Tabela 3 - Famílias políticas do PMDB da Paraíba

Nome	Cargo(s) no Diretório	Cargo(s) Público(s)
José Targino Maranhão	Presidente Comissão Executiva 1º Delegado à Convenção Nacional 1º membro do Diretório Estadual	Quatro vezes deputado estadual (1954, 1958, 1962 e 1966) Secretário da Agricultura do estado da Paraíba (1960) Três vezes deputado federal (1982, 1986, 1990) Três vezes governador da Paraíba (1995, 1998, 2008)* Duas vezes Senador (2002, 2014 até atualidade)
Roberto Raniery de Aquino Paulino	Líder na Assembleia Legislativa/Secretário – Adjunto da Comissão Executiva 12º Delegado à Convenção Nacional	Foi secretário adjunto da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba e integrou o Conselho Deliberativo do Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (2001) Três vezes deputado estadual da Paraíba (2006, 2010, 2014 até a atualidade)
Veneziano Vital do Rego Segundo Neto	Secretário-Geral Comissão Executiva 3º Delegado à Convenção Nacional	Duas vezes vereador de Campina Grande – PB (1996 e 2000) Duas vezes prefeito de Campina Grande – PB (2004 e 2008) Deputado federal (2014 até a atualidade)
Olenka Targino Maranhão Pedrosa	Tesoureiro - Adjunto da Comissão Executiva 10º Delegado à Convenção Nacional	
Maria de Fátima de Aquino Paulino	42º Membro – do Diretório Estadual	Foi Secretária de Ação Social do estado da Paraíba (2002) Duas vezes prefeita de Guarabira – PB (2004 e 2008)

Tabela 3 - Famílias políticas do PMDB da Paraíba
(Continuação 1)

Nome	Cargo(s) no Diretório	Cargo(s) Público(s)
Andre Avelino de Paiva Gadelha Neto	1º - Suplente Comissão Executiva	
Roberta de Aquino Paulino	1º - Suplente do Conselho de Ética e Disciplina Partidária	Tabeliã Pública do 3º Cartório
Nabor Wanderley Nóbrega Filho	8º Delegado – À Convenção Nacional	Duas Vezes prefeito de Patos – PB (2004 e 2008) Deputado Estadual (2014 até a atualidade)
Gervásio Agripino Maia	3º Vice-Presidente Comissão Executiva 9º Delegado – À Convenção Nacional	Quatro vezes deputado estadual da Paraíba (2002, 2006, 2010, 2014 até a atualidade) Presidente da ALPB (2017)
Ariano Wanderley da Nóbrega Cabral de Vasconcellos	3º membro do Conselho de Ética e Disciplina Partidária	Vice prefeito de São Jose do Espinharas (2012)
Leonidas Bezerra Cavalcanti Targino Maranhão	3º Suplente – do Diretório Estadual	
Hugo Motta Wanderley da Nóbrega	4º Vogal Comissão Executiva 7º Delegado à Convenção Nacional	Deputado Federal pela Paraíba (2010 até a atualidade) Presidente da Juventude do PMDB
Ozanilda Godim Vital do Rego	4º Suplente Comissão Executiva 17º Delegado à Convenção Nacional	Foi deputada federal pela Paraíba (2010)
Antonio Roberto de Sousa Paulino	1º Vice-Presidente Comissão Executiva 5º Delegado à Convenção Nacional	Duas vezes prefeito de Guarabira-PB (1976 e 1988) Foi deputado federal pela Paraíba (1994) Foi Governador da Paraíba (2002)**

--	--	--

**Tabela 3 - Famílias políticas do PMDB da Paraíba
(Continuação 2)**

Nome	Cargo(s) no Diretório	Cargo(s) Público(s)
Francisca Gomes de Araujo Motta	18º Delegado à Convenção Nacional	Cinco vezes consecutivas deputada estadual da Paraíba(1995 à 2012) Prefeita de Patos - PB (2012 à 2016)
Wilma Targino Maranhão	18º Membro do Diretório Estadual	

Fonte: SGIP (Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias) Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>

*Assumiu o cargo de governador após a cassação de Cássio Cunha Lima pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Paraíba.

** Assumiu o cargo de Governador após a renúncia de José Maranhão para candidatar-se a Senador

***Dados organizados pelo próprio autor.

3.2 Diretório Estadual do PP – Paraíba

O PP (partido progressista) como já foi visto, hoje encontra-se como quarto maior partido brasileiro considerando o número do poderio e prefeituras, ainda assim, na Paraíba o PP é o nono colocado em número de prefeituras dentro deste Estado.

Na Paraíba o PP, tem no diretório um total de 21 membros, comandados pelo presidente da comissão executiva Enivaldo Ribeiro, um político de família tradicionalíssima na Paraíba e que detém do capital econômico e político familiar passado por parentes deste o século passado, sendo filho do fazendeiro Pedro Vaz Ribeiro, descendente da tradicional família Figueiredo. Enivaldo Ribeiro ainda teve dois filhos com Virgínia Peixoto Velloso Borges, cujos nomes são Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro e Daniella Velloso Borges Ribeiro, deputados Federal e Estadual respectivamente, porém, Aguinaldo ocupando o segundo melhor cargo do diretório estadual. A família Ribeiro ainda contém mais três parentes que carregam o sobrenome dentro do diretório, são eles: Silvia Maria Velloso Borges Rebeiro, Pedro Vaz Ribeiro Neto e Gustavo Henrique Ribeiro, este último, atual secretário de

Esporte, Juventude e Lazer de Campina Grande – PB cujo foi nomeado pelo atual prefeito Romero Rodrigues do PSDB, como mostra a tabela 4.

Tabela 4 - Famílias políticas do PP da Paraíba

Nome	Cargo	
Enivaldo Ribeiro	1º Presidente Comissão Executiva	Prefeito de Campina Grande – PB (1976) Duas vezes deputado estadual da Paraíba (1976 e 1986) Três vezes deputado federal pela Paraíba (1994, 1998 e 2002) Vice-prefeito de Campina Grande – PB (2016 até a atualidade)
Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro	2º Vice-Presidente Comissão Executiva	Deputado estadual da Paraíba (2002) Deputado federal pela Paraíba (2010 até a atualidade)
Silvia Maria Velloso Borges Ribeiro	16º Vogal Comissão Executiva	
Pedro Vaz Ribeiro Neto	17º Delegado	
Gustavo Henrique Ribeiro	7º Vogal	Atual secretário de Esporte, Juventude e Lazer de Campina Grande - PB

Fonte: SGIP (Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>

*Dados organizados pelo próprio autor.

3.3 Diretório Estadual do PSD – Paraíba

O PSD é atualmente o terceiro maior partido brasileiro, e na Paraíba possui um total de 72 membros, comandados por Rômulo José de Gouveia que ocupa o cargo de presidente, e adquiriu certo poder político familiar por ter parentesco com a tradicional família Cunha Lima, mais precisamente conhecido por ser primo de Cássio Cunha Lima atual Senador pelo PSDB e que tem enorme poder econômico e político-familiar em toda Paraíba, mais fortemente ainda em Campina Grande – PB.

O diretório estadual do PSD ainda conta com a presença dos vice-presidentes Wilson Braga que tem influência no maior colégio eleitoral da Paraíba a capital João Pessoa – PB, e a esposa de Rômulo Gouveia, Eva Eliana Ramos Gouveia. Ocupam outros cargos ainda, Robson José de Gouveia irmão de Rômulo Gouveia, e Pablo Ramos Gouveia e também Marcus Odilon Ribeiro Coutinho que já foi deputado estadual da Paraíba e prefeito de Juarez Távora e Santa Rita por várias vezes, além disso, ele pertence à outra família tradicional simbolicamente representado em seu sobrenome, a conhecida família “Ribeiro Coutinho”.

Marcus Odilon Ribeiro Coutinho carrega o poder político-familiar e econômico na herança desde o século XIX, e tem em sua parentela tios como Flávio Ribeiro Coutinho que já ocupou cargos de prefeito, deputado estadual, federal e governador, e João Úrsulo Ribeiro Coutinho que já foi deputado federal.

Tabela 5 - Famílias políticas do PSD da Paraíba

Nome	Cargo	
Robson José de Gouveia	Membro/Vogal Executiva	Comissão
Marcus Odilon Ribeiro Coutinho	Vogal Executiva/Membro	Comissão
		Duas vezes prefeito de Juarez Távora (1960 e 1968) Quatro vezes prefeito de Santa Rita (1976, 1988, 2004 e 2008) Deputado estadual da Paraíba (1982)
Pablo Ramos Gouveia	Membro	
Eva Eliana Ramos Gouveia	2° Vice-Presidente Executiva/Suplente Executiva/Membro	Comissão Comissão
Rômulo Jose de Gouveia	Presidente Comissão Executiva	
		Duas vezes vereador de Campina Grande – PB (1992, 1996) Duas vezes deputado estadual da Paraíba (1998 e 2002) Vice Governador da Paraíba (2010) Duas vezes deputado federal (2006 e 2010 até os dias atuais)
Wilson Leite Braga	2° Vice-Presidente Executiva	Comissão
		Duas vezes deputado estadual (1954 e 2010) Quatro vezes deputado federal (1966, 1994, 1998 e 2006) Vereador de João Pessoa – PB (1992) Governador da Paraíba (1982) Prefeito de João Pessoa – PB

	(1988)
--	--------

Fonte: SGIP (Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sqip3>

*Dados organizados pelo próprio autor.

3.4 Diretório Estadual do PSDB – Paraíba

Neste Estado, o PSDB conta com 162 membros no diretório, entre tantos membros do diretório estadual do PSDB da Paraíba, há três famílias que detêm do poder político-familiar e econômico, destacando principalmente a tradicional família Cunha Lima, a qual é destinada a maior quantia de dinheiro advindas do diretório estadual ou qualquer que seja o meio.

O maior representante desta família hoje é a figura do atual Senador e vice-presidente do Senado Cássio Rodrigues da Cunha Lima, que tem uma extensa e intensa carreira política (ver tabela 6), e conta com uma expressiva quantidade de familiares componentes e ocupantes de cargos do diretório estadual.

Cássio Cunha Lima é herdeiro do ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima, irmão do ex-vice prefeito de Campina Grande-PB Ronaldo da Cunha Lima Filho que ocupa o cargo de vice-presidente da comissão executiva do diretório estadual e pai de Pedro Oliveira Cunha Lima atual deputado federal pela Paraíba e também membro do diretório. Ainda da família Cunha Lima no diretório estadual, temos Ivandro Moura Cunha Lima, tio de Cássio, e avô do atual deputado estadual e também membro do diretório Bruno Cunha Lima Branco. Estes são os familiares paternos de Cássio Cunha Lima, pois do lado materno ainda temos os membros do diretório Tovar Correia Lima que é casado com uma prima de Cássio, e o primo e atual prefeito de Campina Grande – PB Romero Rodrigues Veiga.

A presidência do diretório estadual do PSDB da Paraíba esta sobre o poder do então deputado federal Ruy Manuel Carneiro Barbosa de Aça Belchior, sobrinho neto de Ruy Carneiro ex-senador inúmeras vezes pela Paraíba, e também mantém laços com familiares distantes como é o caso da família com sobrenome “Arnaud” que junta-se as famílias a partir de sua tia-avó Dalva Carneiro Arnaud.

A família Lucena encontra-se neste diretório como família de confiança dos “Cunha Lima” quando seus patriarcas Ronaldo Cunha Lima e Cícero Lucena foram eleitos governador e vice-governador da Paraíba, nesta ordem, ainda quando estavam no PMDB, o mesmo ocorre com a família Gouveia a qual tem membros no PSD.

Além destas famílias o PSDB possui ainda membros das famílias tradicionais Ribeiro Coutinho, Gadelha e Wanderley Medeiros (ver tabela 6).

Tabela 6 - Famílias políticas do PSDB da Paraíba.

Nome	Cargo	
Ruy Manuel Carneiro Barbosa de Aça Belchior	Presidente Comissão Executiva/14º Delegado	Duas vezes vereador de João Pessoa - PB (1992 e 1996) Três vezes deputado estadual da Paraíba (1998, 2002, 2006) Chefe da Casa Civil da prefeitura municipal de João Pessoa – PB (1998 a 2004) Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer. Deputado federal pela Paraíba (2010 até a atualidade)
Dinaldo Medeiros Wanderley Filho	Líder da Bancada/6º Delegado	Deputado estadual da Paraíba (2014) Atual prefeito do município de Patos – PB (2016)
Eduardo Ribeiro Coutinho	Tesoureiro Comissão Executiva	Foi membro do Conselho de Política Ambiental do Estado da Paraíba – COPAM (2000) Presidente do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Açúcar no Estado da Paraíba
Roberto Pedro Medeiros	Secretário Comissão Executiva 16º Suplente Delegado	
Bruno Cunha Lima Branco	Vogal Comissão Executiva – 1 2º Delegado	Vereador de Campina Grande – PB (2012) Deputado estadual da Paraíba (2014 até a atualidade)
Cícero de Lucena Filho	Vogal Comissão Executiva – 2 5º Delegado	Vice-governador da Paraíba (1990)* Chefe da Secretaria Especial de

		Políticas Regionais – órgão de Ministério do Planejamento (1995) Duas vezes prefeito de João Pessoa – PB (1996 e 2000) Senador pela Paraíba (2006)
--	--	--

Tabela 6 - Famílias políticas do PSDB da Paraíba.

(Continuação 1)

Nome	Cargo	
Ivandro Moura Cunha Lima	Membro	Senador pela Paraíba (1977)** Duas vezes deputado federal pela Paraíba (1990, 1994) Chefe da Casa Civil
João Bosco Gadelha de Oliveira Filho	Membro	Atual prefeito de São Francisco – PB
Jorge Urçulo Ribeiro Coutinho	2º Suplente Delegado 3º membro – Conselho de Ética e Disciplina	
Tovar Correia Lima	Vogal Comissão Executiva – 3 15º Delegado	Duas vezes Suplente de vereador de Campina Grande – PB (2008 e 2012) Secretário-chefe da prefeitura de Campina Grande – PB Membro das Comissões de Orçamento e de Direitos da Mulher
Rosa Alexandrina Gouveia Ramos	Suplente – 35 Diretório	
Maria Lauremilia Assis de Lucena	11º Delegado	Vice-governadora da Paraíba (2002)
Pedro Oliveira Cunha Lima	12º Delegado	Atual deputado federal pela Paraíba (2014)
Romero Rodrigues Veiga	2º Vice-Presidente Comissão Executiva 13º Delegado	Quatro vezes vereador de Campina Grande – PB (1992, 1996, 2000 e 2004) Deputado estadual da Paraíba (2006) Secretário de Interiorização do Estado da Paraíba (2007)

		Secretário-chefe da Casa Civil do Governo da Paraíba (2008) Deputado federal pela Paraíba (2010) Atual prefeito de Campina Grande – PB (2012 e 2016)
--	--	--

Tabela 6 - Famílias políticas do PSDB da Paraíba.
(Continuação 2)

Nome	Cargo	
Ronaldo da Cunha Lima Filho	1º Vice-Presidente Comissão Executiva 1º Suplente Delegado	
Waleska Mara de Oliveira Barreto Carneiro Barbosa Belchior	Membro	Assistente Parlamentar Júnior (escritório de apoio do senador Cássio Cunha Lima)
Antonio Carneiro Arnaud Filho	2º Suplente Diretório	
Cássio Rodrigues da Cunha Lima	4º Delegado	Duas vezes deputado federal pela Paraíba (1986 e 1994) Duas vezes prefeito de Campina Grande – PB (1988 e 1996) Duas vezes Governador da Paraíba (2002 e 2006) Senador pela Paraíba (2010 ate atualidade) 1º vice-presidente do Senado Federal do Brasil (2017)
Carlos Manuel de Aça Dias Belchior Júnior	Membro	
Diogo Oliveira Cunha Lima	8º Delegado	
Cláudia Arnaud de Alencar	8º Suplente Diretório	
Moema Carneiro Guedes Arnaud	2º Membro Conselho Fiscal	
Dinaldo Medeiros	4º Suplente Comissão Executiva	Duas vezes prefeito de Patos –

Wanderley	7º Delegado	PB (1996 e 2004) Deputado Estadual da Paraíba (2004)
-----------	-------------	--

Fonte: SGIP (Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>

*Assumiu o cargo de Governador após o afastamento de Ronaldo Cunha Lima para candidatar-se a senador.

**Assumiu o mandato após a morte do senador Rui Carneiro.

***Dados organizados pelo próprio autor.

3.5 Diretório Estadual do PSB – Paraíba

O quinto maior partido nacional, e partido com maior número de prefeituras do Estado da Paraíba, possui a quantidade e 21 membros no total e tem como presidente do diretório estadual José Edvaldo Rosas, contudo o detentor do capital econômico é o presidente de honra e atual governador da Paraíba Ricardo Vieira Coutinho.

Ricardo Coutinho não vem de uma família política tradicional, porém como mostra a tabela 7, ele elegeu-se pela primeira vez governador da Paraíba, tendo o apoio do atual senador e na época ex—governador (cassado em meio ao mandato) Cássio Cunha Lima que o lançou nesse ano para que assumisse o seu lugar no governo do Estado, assim, foi utilizado o apoio do capital político-familiar que o sobrenome “Cunha Lima” carrega para que em 2010, Ricardo Coutinho terminasse vitorioso, contra o candidato fortíssimo da família “Maranhão”, José Targino Maranhão que tentava se reeleger após assumir o cargo de Cássio Cunha Lima.

Tabela 7 - Famílias políticas do PSB da Paraíba.

Nome	Cargo(os)	
Ricardo Vieira Coutinho	Presidente de Honra	Duas vezes vereador de João Pessoa – PB (1992 e 1996) Duas vezes deputado estadual da Paraíba (1998 e 2002) Duas vezes prefeito de João Pessoa – PB (2004 e 2008) Duas vezes Governador da Paraíba (2010 e 2014 até atualmente)

Fonte: SGIP (Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>

*Dados organizados pelo próprio autor.

4 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE OS DIRETÓRIOS PARTIDÁRIOS DA PARAÍBA

Os diretórios estaduais (Paraíba) dos maiores partidos nacionais são pertencentes a um número reduzido de pessoas pertencentes às mesmas famílias que tradicionalmente tendem a dominar determinadas regiões e até mesmo colocarem agentes políticos no Congresso Nacional, que tomam posse dessas instituições públicas (exemplo dos partidos políticos), para terem mais facilidade no acesso de poder de dominação, e, assim, beneficiarem seus familiares com os melhores cargos dentro dos diretórios, e também, cargos eletivos de representação.

Como já mencionado pelos autores brasileiros, os partidos mais frágeis representativamente, são aqueles detentores e seguidores de ideias consideradas de extrema direita ou qualquer influência relacionada a estes tipos de ideias, como no caso do PP⁸, único a se identificar como partido de direita e do PMDB e PSD que se autointitulam partidos de centro, que fazem uma mediação tanto de ideias de direita como de esquerda, e com o PSDB que embora não tenha se posicionado a questão ideológica, a mídia o considera um partido com ideias de direita. Sendo assim, como já foi dito, os brasilianistas acreditam que só os partidos de esquerda possuem uma ideologia mais concreta e por isso, os eleitores tendem a ter maior identificação com tais partidos, como o caso do PSB, que se autoidentifica como partido que segue ideias de centro-esquerda.

Por mais que pareça coincidência, os partidos que articulam ideias de direita e centro são os que possuem mais membros pertencentes às famílias tradicionais e que tomam posse dos melhores cargos dentro dos diretórios, como também, são favorecidos ao receberem a maior quantidade do orçamento do diretório para assumirem o poder dos melhores cargos eletivos de representação, sempre com representantes das famílias tradicionais dentro do congresso nacional.

As famílias-políticas Ribeiro (PP), Cunha Lima (PSDB), Maranhão (PMDB) são as detentoras do poder político-econômico e político-familiar, a qual recebem os melhores salários e ocupam os melhores cargos, além disso, colocam vários membros de suas famílias a ocuparem cargos públicos para manter e controlar o poder, o capital econômico, familiar e

⁸ Segundo uma pesquisa realizada pela reportagem de O Globo, a direção nacional dos partidos do PMDB e PSD se posicionaram como partidos de centro, respondendo a questão: “em qual posição política o partido se colocaria?”. Na mesma pesquisa o PP se colocou como único partido de direita, e o PSB como partido de centro-esquerda, enquanto a direção do PSDB se recusou a responder o questionário. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/maioria-dos-partidos-se-posiciona-como-de-centro-veja-quem-sobra-no-campo-da-direita-e-da-esquerda.html>>.

cultural, fugindo da perspectiva de representar a sociedade e assumindo o papel de representar as famílias, enquanto as novas famílias-políticas Gouveia (PSD) e Vieira Coutinho (PSB) apoiaram no início de suas carreiras políticas nas principais famílias políticas, assim, já possuíam certo capital econômico, puderam aumentar ainda mais esse capital e ainda adquiriram capital político-familiar, como por exemplo, a família Gouveia teve início com o presidente do partido Rômulo Gouveia que é primo de Cássio Cunha Lima (PSDB) que apesar de não ser presidente do diretório do partido é o representante no Senado Federal, e Ricardo Vieira Coutinho que também se apoiou ao poder político-familiar de Cássio Cunha Lima na eleição para governador contra outro detentor de capital político-familiar José Targino Maranhão (PMDB), presidente do diretório estadual do partido.

As famílias-políticas Ribeiro (PP), Cunha Lima (PSDB), Maranhão (PMDB) ocupam cargos públicos eletivos de representação desde a primeira metade do século XX, cujo seus ancestrais (pais, tios, avós) mantêm dominação sobre determinada região e carregam em seus “sobrenome” a simbologia do capital político-familiar junto ao capital-econômico e capital cultural, tendo poder de dominação e preferência em ocupar os cargos políticos, jurídicos e econômicos do Estado. Ainda assim, estas famílias dominantes que ocupam diversos cargos importantes nas mais variadas instituições, são detentoras em controlar a maior parte dos recursos do Estado da Paraíba.

As novas famílias-políticas Gouveia (PSD) e Vieira Coutinho (PSB) diferentemente das famílias tradicionais do PP do PSDB e do PMDB da Paraíba, não tiveram representações de dominação no século passado, mas como no caso de Rômulo Gouveia e posteriormente seus herdeiros, já possui a força do capital econômico e ainda foi ancorado por meio da parentela com a família Cunha Lima, e mais ainda, possibilitando o maior reconhecimento e capital político-familiar após as eleições municipais de Campina-Grande-PB, a qual foi apoiado por Cássio Cunha Lima o “dono do PSDB da Paraíba” e maior representante do poder de dominação neste município, herdando de seu pai Ronaldo Cunha Lima.

No caso de Ricardo Vieira Coutinho, também teve o apoio de Cássio Cunha Lima para assumir o governo do Estado, no entanto, logo após assumir o cargo de Governador da Paraíba, rompeu as relações políticas com os “Cunha Lima”, depois de já ter se concretizado no campo político. Ainda assim, sem pertencer a nenhuma das famílias políticas tradicionais, no processo de reeleição teve o apoio de José Targino Maranhão e derrotara aquele que o antes apoiou.

Além de tudo, é prática contínua ver que tais políticos buscam, sobretudo, alcançar o maior poder de dominação, de capital político-familiar e econômico, sem dar importância de pertencer ao partido para representar sua ideologia e os indivíduos que acreditam nas ideias do partido. Tanto que, os políticos vivem trocando de partidos até que almeje serem donos de seus próprios partidos, e assim terem os privilégios que demais não terão se não pertencerem ao grupo da parentela. Assim ocorreu com todos os atuais donos dos partidos apresentados neste estudo, por almejarem suprir com “interesses familiares” acabaram trocando de partidos, alguns mais de uma vez, até tomar posse dessa instituição e abrirem privilégios especiais para os demais herdeiros, sejam eles familiares e parentes de “sobrenome” ou amigos próximos que adentram na estrutura de relações de parentesco.

Diante deste discurso, é possível enfatizar o poderio ideológico do partido é uma disputa vista apenas aos olhos dos eleitores, pois, a real disputa ocorre estruturada sobre o valor simbólico do “sobrenome” em apoio da maior quantidade de capital econômico, visto que as maiores quantias de dinheiros doados por empresas nas eleições são direcionadas diretamente aos indivíduos pertencentes destas famílias políticas tradicionais, ou ainda, quando o diretório nacional distribui as verbas para os diretórios estadual, fica sob a responsabilidade dos “donos” do partido, junto a cargo responsável (tesoureiro), distribuírem aos demais membros, e novamente a maior parte cai nas contas dos herdeiros das famílias políticas, como analisa mais profundamente Monteiro (2016). Estes fatos sugerem que os partidos não disputam democraticamente os cargos eletivos de representação, sejam eles a vida pública ou dentro do próprio diretório, visto que os melhores cargos neste dois âmbitos, são pertencentes aos familiares e a parentela dos “donos” que possuem a força simbólica do sobrenome.

Neste estudo, é enfatizado que a força simbólica de um sobrenome que sempre teve poder sobre determinada região, permanece com a mesma dominação passando através das gerações, dos herdeiros ou mesmo é perpassado para outra família, quando o agente político de “sobrenome” não tem herdeiros e quem continua sua trajetória o campo político é agente próximo da família. Diante do estudo realizado, das pesquisas e das referências usadas, foi constatado que os partidos políticos da Paraíba são estruturados através das famílias tradicionais que tomam estrategicamente e historicamente posse dessas instituições e de outras instituições de poder, para decidirem o destino do Estado, contudo, sempre prevalecendo os interesses das famílias, que buscam ampliar suas riquezas, o que facilita a obtenção de capital cultural, mas sempre deixando transparecer a força e a importância do “sobrenome” para o público alvo, que são os eleitores.

Um detalhe a parte deste estudo, está relacionado a Gervásio Agripino Maia que provoca ainda mais a crítica brasileira das trocas constantes de partidos, tanto que, pegando dados dos diretórios estaduais disponíveis no site do TSE, é apresentado Gervásio Agripino Maia seja membro do diretório do PMDB, porém, atualmente esse agente político já esteja no PSB, ainda não atualizado no sistema do TSE, assim, concretizando ainda mais a crítica feita sobre a constante troca de partidos que os agentes políticos tem praticado durante anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando por meio de dados, a presença do nepotismo legal destes partidos é muito forte, o que potencializa as críticas apresentadas pelos estudos dos brasilianistas, quando fazem críticas a democracia brasileira como um todo, e também ao sistema partidário e seus representantes.

Como demonstrado neste estudo, os partidos políticos da Paraíba são representados em sua grande maioria, por agentes políticos que construíram e reproduziram o capital político familiar, junto ao capital econômico, através de suas gerações, sempre mantendo o poder de dominação em diferentes regiões estaduais, até mesmo lançando membros ao congresso nacional para ampliação do poder de dominação, tudo isso, visando o aumento do capital econômico e manutenção do capital político familiar.

Desta forma, fica possível alinhar tais partidos as críticas dos brasilianistas, principalmente quando se trata da fragilidade do sistema partidário brasileiro e a fragilidade dos partidos, pela tamanha tendência de partidos serem criados para atender projetos pessoais políticos e depois acabarem sumindo ou perdendo qualquer tipo de influência política e ideológica. É justamente o que o estudo de Monteiro (2016) demonstra, como tais agentes de famílias dominantes, tomam posse destas instituições de poder, como o caso dos partidos, a qual se beneficiam em dar cargos aos familiares, o que possibilita a candidatura para cargos eletivos de representação, deixando de ser uma disputa democrática. Esse instrumento de disputa abre espaço para práticas corruptas da patronagem, do clientelismo e do patrimonialismo, as características mais fortes e resistentes às mudanças e transformações da sociedade, sobrevivendo com variações em diferentes regiões e ambientes sociais, e muito comum na Paraíba.

Considerando as críticas brasilianistas, os “donos dos partidos” tornam-se individualistas políticos, uma característica negativa porque eleva o interesse pessoal do político acima do interesse coletivo do partido, e mais preocupante ainda, o individualismo político se sobrepõe aos interesses em prol da sociedade, que elege candidatos ao poder representativo e espera um retorno em forma de políticas públicas para solução de problemas, de saúde, educação, segurança, entre outros, além de, contrapor-se também a ideologia política do partido, outro problema que explica a instabilidade democrática no sistema político partidário brasileiro.

Neste estudo, o problema decorrente do individualismo político no partido, está mais presente nos partidos considerados de direita, centro-direita e centro, pois possuem maiores quantidades de membros de famílias políticas tradicionais ocupando cargos eletivos de representação, também visto que o PSB se próprio considera um partido de centro-esquerda.

É observado também, a troca constante de agentes políticos entre os partidos, a falta de ordem e de fidelidade partidária, o que leva a crer na falta de ideologia dos partidos a qual esses agentes políticos saem, como também dos partidos que os recebem, no entanto, acredita-se que as mudanças ocorram entre partidos de ideologias parecidas, ou seja, de mesmo bloco ideológico, como no caso da extrema-direita com centro-direita ou extrema-esquerda e centro-esquerda, concluindo que, ‘as estruturas partidárias são frágeis, mas as afinidades ideológicas confortam campos estáveis’(NOVAES, 1994, pp. 114 e 113 apud RODRIGUES, 2009, p. 30).

Contudo, mesmo os “donos dos partidos” hoje na Paraíba, já transitaram por outros partidos, como por exemplos, Rômulo Gouveia do PSD, já passou pelo PMDB e pelo PSDB; Cássio Cunha Lima que hoje é “dono” do PSDB, iniciou sua carreira política pelo PMDB; Enivaldo Ribeiro do PP, iniciou sua carreira política na ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e também passou pelo PDS (Partido Democrático Social); José Maranhão que passou pelos partidos PTB e MDB e atualmente esta no comando do PMDB da Paraíba; e por fim Ricardo Coutinho do PSB que já foi filiado ao PT.

Portanto, mesmo estudos mais recentes apresentando que os eleitores tem cada vez mais definindo preferência a determinados partidos, principalmente de esquerda, esta preferência pode esta relativamente ligada ao posicionamento ideológico político dos partidos, pois este estudo mostra que através dos partidos paraibanos, que a estrutura partidária é frágil, pois possuem famílias dominantes que acabam por representarem o interesse político da família e parentela, em busca de expandir o capital econômico, e manter a hegemonia do capital político familiar para as gerações futuras, a qual entende-se que os herdeiros destas famílias vão ter mais tempo e dinheiro para estudar nas melhores escolas e adquirir maior capital cultural, assim como aconteceu com seus pais, tios, avós, através da força simbólica exercida pelos seus “sobrenomes”, e que os mantêm com os melhores salários, ocupando os melhores cargos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou nacionais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Diego. **TSE cassa mandato de governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima**. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL870319-5601,00-TSE+CASSA+MANDATO+DO+GOVERNADOR+DA+PARAIBA+CASSIO+CUNHA+LI MA.html>>. Acesso em: 06/08/2017.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. **Deputado Bruno Cunha Lima**. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/deputados/bruno-cunha-lima>>. Acesso em: 06/08/2017.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. **Deputado Gervásio Maia**. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/deputados/gervasio-filho>>. Acesso em: 06/08/2017.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. **Deputado Tovar – Lic**. Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/deputados/tovar-correia-lima>>. Acesso em: 06/08/2017.
- BARBOSA, Josusmar. **58% dos deputados da Paraíba pertencem a família de políticos**. 2016. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/noticia/166032_58-porcento-dos-deputados-da-paraiba-pertencem-a-familia-de-politicos>. Acesso em: 21/08/2017.
- BRAGA, M. S. S. e PIMENTEL, J. Jr. **Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?** vol. 17. nº. 2. Campinas: Opinião Pública, 2011, p. 271-303.
- Cadeira 08:** Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. Disponível em: <http://www.ihgp.net/marcus_odilon.htm>. Acesso em: 06/08/2017.
- Cássio é eleito vive-presidente do Senado**. 2017. Disponível em: <<http://www.maispb.com.br/211647/com-75-votos-cassio-cunha-lima-e-eleito-vice-presidente-do-senado.html>>. Acesso em: 08/08/2017.
- Dinaldinho derrota Nabor Wanderley e será o novo prefeito de Patos**. 2016. Disponível em: <<http://patosonline.com/post.php?codigo=56288>>. Acesso em: 06/08/2017.
- Eleições & Política. 2013. Disponível em: <<http://eleicoespolitica.net/prefeito2012/prefeito/PB/19194/15/>>. Acesso em: 06/08/2017.
- Eleições 2014**. Disponível em: <<https://www.eleicoes2014.com.br/bruno-cunha-lima/>>. Acesso em: 06/08/2017.
- Eleições 2014**. Disponível em: <<https://www.eleicoes2014.com.br/dinaldinho/>>. Acesso em: 06/08/2017.
- Eleições 2014**. Disponível em: <<https://www.eleicoes2014.com.br/hugo/>>. Acesso em: 06/08/2017.
- Eleições 2014**. Disponível em: <<https://www.eleicoes2014.com.br/pedro-cunha-lima/>>. Acesso em: 06/08/2017.

Eleições 2014. Disponível em: <<https://www.eleicoes2014.com.br/raniery-paulino/>>. Acesso em: 06/08/2017.

Eleições 2016. Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-prefeito-guarabira-pb/>>. Acesso em: 06/08/2017.

Estrutura partidária. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/estrutura-partidaria/>>. Acesso em: 21/08/2017.

Ex-governador da PB Wilson Braga é internado após procedimento médico. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/02/ex-governador-da-pb-wilson-braga-e-internado-apos-procedimento-medico.html>>. Acesso em: 06/08/2017.

FERRARI, Márcio. **O brasilianista por excelência.** ed. 245. Revista FAPESP, 2016. . Acesso em: 19/08/2017.

José Maranhão, do PMDB, se elege senador pela Paraíba. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/eleicoes/2014/noticia/2014/10/jose-maranhao-do-pmdb-se-elege-senador-pela-paraiba.html>>. Acesso em: 19/08/2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 7. ed. Companhia das Letras, 2007.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MESSENBERG, Débora. **A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

MONTEIRO, José M. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar.** São Paulo: LiberArs, 2016, p. 278.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Jhonathan. **Romero Rodrigues é o novo prefeito de Campina Grande.** 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/eleicoes/2012/noticia/2012/10/romero-rodrigues-e-o-novo-prefeito-de-campina-grande.html>>. Acesso em: 06/08/2017.

PAIVA, D. TAROUÇO, S. T. **Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores.** vol. 17. nº. 2. Campinas: Opinião Pública, 2011, p. 426-451.

Parque da Liberdade terá o nome de Pedro Vaz Ribeiro – Sindô Ribeiro. 2015. Disponível em: <<https://www.camaracg.pb.gov.br/parque-da-liberdade-tera-o-nome-de-pedro-vaz-ribeiro-sindo-ribeiro/>>. Acesso em: 08/08/2017.

PEREIRA, Edson. **Gustavo Ribeiro confirmado como Secretário de Esporte, Juventude e Lazer de Campina Grande.** Disponível em: <<http://www.falaprefeitopb.com.br/2012/12/gustavo-ribeiro-confirmado-como.html>>. Acesso em: 06/08/2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2º. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REDAÇÃO. **Confira a lista dos prefeitos eleitos nos 223 municípios da Paraíba; PSB lidera**. 2016. Disponível em:

<<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20161003110129&cat=politica&keys=confira-lista-prefeitos-eleitos-municipios-paraiba-psb-lidera>>. Acesso em: 18/06/2017.

REDAÇÃO. **Conheça o perfil do novo prefeito de CG**. 2012. Disponível em:

<<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20121029073747&cat=politica&keys=conheca-perfil-novo-prefeito-cg>>. Acesso em: 08/08/2017.

REDAÇÃO. **Empresa de irmão de deputado deixa Campina e região ameaçadas de não receber águas do São Francisco**. 2016. Disponível em:

<<http://www.paraibadebate.com.br/empresa-de-irmao-de-deputado-deixa-campina-e-regiao-ameacadas-de-nao-receber-aguas-do-sao-francisco/>>. Acesso em: 06/08/2017.

REDAÇÃO. **Filho de Cássio Cunha Lima faturou mais de R\$ 6 milhões em licitações na Paraíba**. Disponível em: <<http://www.ocafezinho.com/2016/08/16/filho-de-cassio-cunha-lima-faturou-mais-de-r-6-milhoes-em-licitacoes-na-paraiba/#comments>>. Acesso em: 08/08/2017.

REDAÇÃO. **Vice-prefeito Ronaldo Cunha Lima Filho**. Disponível em:

<<http://campinagrandepb.com.br/gabinete-do-vice-prefeito/>>. Acesso em: 06/08/2017.

Ricardo Coutinho, do PSB, é reeleito governador da Paraíba. 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/eleicoes/2014/noticia/2014/10/ricardo-coutinho-do-psb-e-reeleito-governador-da-paraiba.html>>. Acesso em: 08/08/2017.

RODRIGUES, L. M. Os partidos brasileiros representam algo? In: **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 16-36.

RODRIGUES, L. M. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 132 p.

Ronaldo Cunha Lima morre na Paraíba. 2012. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/07/morre-ronaldo-cunha-lima-na-paraiba.html>>. Acesso em: 06/08/2017.

SCHREIBER, Mariana. **Troca de partidos políticos**. Brasília: BBC Brasil, 13 abril 2016.

Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160413_troca_de_partidos_politicos_ms_r_b.> . Acesso em: 06/08/2017.

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>>. Acesso em: 18/06/2017.

Título III – Dos Órgãos do Partido e suas Competências nos Níveis Nacional, Estadual e Municipal. Disponível em:< <http://www.psd.org.br/z-outros/livros/titulo-iii-dos-orgaos-do>

partido-e-suas-competencias-nos-niveis-nacional-estadual-e-municipal/>. Acesso em: 30/08/2017. . Acesso em: 21/08/2017.

Transparência. Disponível em:

<<http://www6g.senado.leg.br/transparencia/sen/5197/pessoal/?local=escritorio&ano=2017>>. Acesso em: 08/08/2017.

Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 18/06/2017.

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/>>. Acesso em: 18/06/2017.

TSE decide que José Maranhão deve assumir cargo de governador da Paraíba. 2009.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1006783-5601,00-TSE+DECIDE+QUE+JOSE+MARANHAO+DEVE+ASSUMIR+CARGO+DE+GOVERNADOR+DA+PARAIBA.html>>. Acesso em: 06/08/2017.

VASCONCELOS, Fábio. **Maioria dos partidos se posiciona como de Centro**. 2016.

Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/maioria-dos-partidos-se-posiciona-como-de-centro-veja-quem-sobra-no-campo-da-direita-e-da-esquerda.html>>. Acesso em: 21/08/2017.

Vital do Rêgo toma posse como ministro do TCU nesta segunda-feira. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/12/vital-do-rego-toma-posse-como-ministro-do-tcu-nesta-segunda-feira.html>>. Acesso em: 08/08/2017.